

4 - ASSENTAMENTOS RURAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

O processo de luta pela terra, através de ocupações e invasões, na busca de uma reforma agrária e uma redistribuição fundiária no País não se trata como uma opção de vida para esse elemento excluído da sociedade brasileira, revelando muito além, uma estratégia de luta acreditando ser possível à construção de uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e menos desigualdade.

Nesse sentido, buscou-se uma breve conceituação dos termos assentamentos rurais, uma definição do processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, além de uma discussão teórica a respeito da categoria território na geografia.

4.1 - O Assentamento Rural como Território Conquistado

O termo assentamento rural para Bergamasco et.al. (1997, p.11), no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. “É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço”.

No Brasil a definição de assentamento rural “esteve atrelada a uma atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo ‘espaço’ criado, e, por outro lado, às características dos processos de luta e conquista de terra, encaminhados pelos trabalhadores rurais” (LEITE, 2005,p.43). Para esse autor a definição do Estado está relacionada como uma colonização dirigida e regularização fundiária e para os agricultores a definição está mais fortemente ligada a uma reforma agrária.

Seguindo uma definição sobre assentamento rural, Zimmermann (1994, p.205) destaca que “O assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. Assim, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, a reforma agrária. E isto, é um fator que marca a identidade simbólica do movimento social.

Sobre esse assunto Bergamasco et.al. (1997) afirma:

O debate entre pesquisadores com formações diferentes exige também que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados. Parte-se de concepções capazes de retratar a complexidade, diversidade e multidimensionalidade, a fim de ser captada a pluralidade das questões que envolvem um estudo sobre assentamentos (BERGAMASCO et. al., 1997, p.19).

Para a mesma autora a história dos assentamentos é também uma história de lutas e conflitos sociais com sua repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito, na busca de uma reestruturação fundiária e na reforma agrária. Além de transformar o espaço, pois os “assentamentos formam ilhas de policultura em via de modernização rodeadas de grandes explorações monocultoras cuja produção está orientada em direção aos complexos agroindustriais” (1997, p.44).

Portanto, o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o *locus* das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria, uma identidade simbólica do MST.

4.2 -Territorialização dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul

Os conflitos fundiários são constantes no Brasil. Fazem parte de uma luta histórica que nas décadas de 1970 a 1990 assumiram novas características, em virtude das transformações capitalistas no campo brasileiro. É nesse cenário de desigualdade social e econômica, concentração de renda e fundiária que surgem os movimentos sociais no campo, em especial o MST, pois esse é a “principal força propulsora dos processos sóciopolíticos que resultaram na constituição dos assentamentos rurais e seus impactos” (NAVARRO et.al., 1999, p.27).

No Rio Grande do Sul o principal motivo do surgimento dos movimentos sociais rurais no campo emergiu do processo de modernização da agricultura, conforme nas palavras de Navarro:

O agravamento das condições sociais de ocupação e emprego rural, a elevação dos preços das terras, a intensa mecanização dos processos

produtivos, entre outros impactos da “modernização conservadora”, contribuíram para a formação de uma “população sobranete” em áreas rurais, alvo dos esforços de organização e mobilização dos nascentes movimentos sociais rurais, especialmente na região norte (NAVARRO et. al., 1999, p.21).

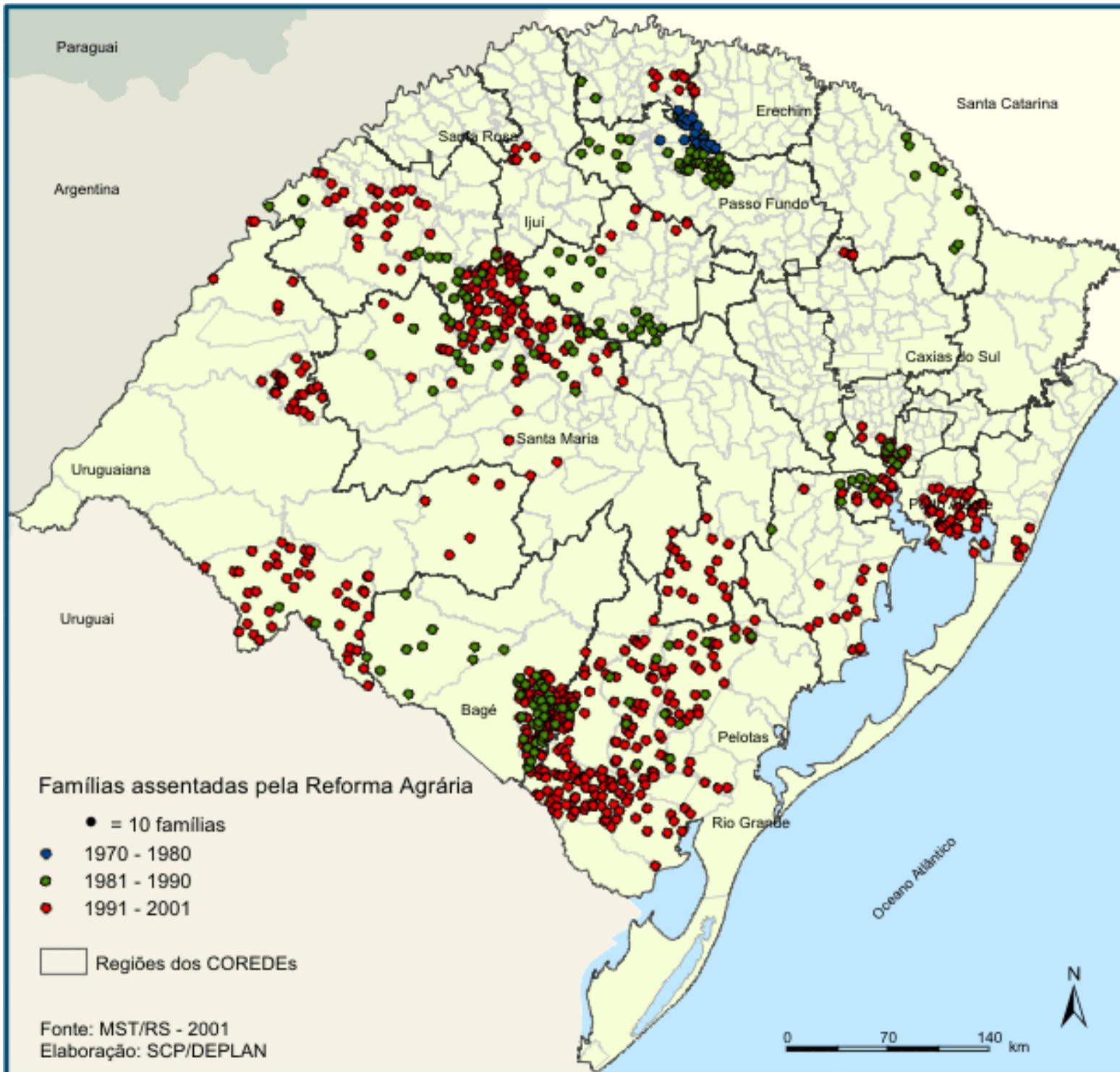
O tradicional latifúndio de baixa produtividade, produção extensiva e de grande dominação política vem diminuindo no estado devido ao processo de modernização, porém como afirma Navarro “Hoje são poucas as regiões onde é possível identificar propriedades com tais características: o triângulo Cruz Alta-Santiago-São Gabriel, além de muitos municípios da fronteira com o Uruguai” (1999, p.25). Sendo assim, a região Sul do estado ainda concentra uma parcela de latifúndios de baixa produtividade em atividade, fator que gera grandes conflitos na luta pela terra.

Porém, a partir da década de 1990, observou-se um deslocamento geográfico na implantação dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul dirigindo-se para duas regiões (Mapa 7), a metropolitana de Porto Alegre e a Campanha Gaúcha, isso por causa da falta de áreas para desapropriação na metade norte. Assim, Da Ros (2002, p.39) afirma que:

(...) a história da implantação dos assentamentos no estado do Rio Grande do Sul nos permite a percepção de que tais momentos operam de maneira decisiva nas diferentes estratégias políticas adotadas pelas várias agências de mediação, envolvidas neste *campo de lutas* configurado pela reforma agrária, tais como: o MST, os órgãos dos governos federal, estadual e municipal (MDA, INCRA, Cera's, secretarias estaduais e municipais etc.).

A emergência por novas áreas para esta “população sobranete”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Mesorregião Sul.

Com relação às condições produtivas e das formas de organização dos assentamentos rurais Medeiros e Leite (1999, p.15) confirmam que “apesar da precariedade das condições da maior parte dos assentamentos nos estados (...) se tem apresentado algum resultado significativo, em termos de renda e condições de vida”. Emergindo desses assentamentos um perfil de agricultura de caráter familiar, baseado em configurações associativas, no qual é verificado “um processo de reconversão de trajetórias de vida e reelaboração de relações sociais” (p.15).



Mapa 7 - Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-80-90-2001), RS.

No Rio Grande do Sul durante o período de 1985 a 1988, verificou-se uma crescente dificuldade de localizar áreas passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, onde foram feitas as primeiras desapropriações, provocando um deslocamento espacial, para as regiões centrais do Estado. E a partir de 1989, o governo federal, reduziu fortemente as desapropriações, passando ao governo estadual, 1988 a 1994, o principal foco de pressões por parte do MST (MEDEIROS e LEITE, 1999).

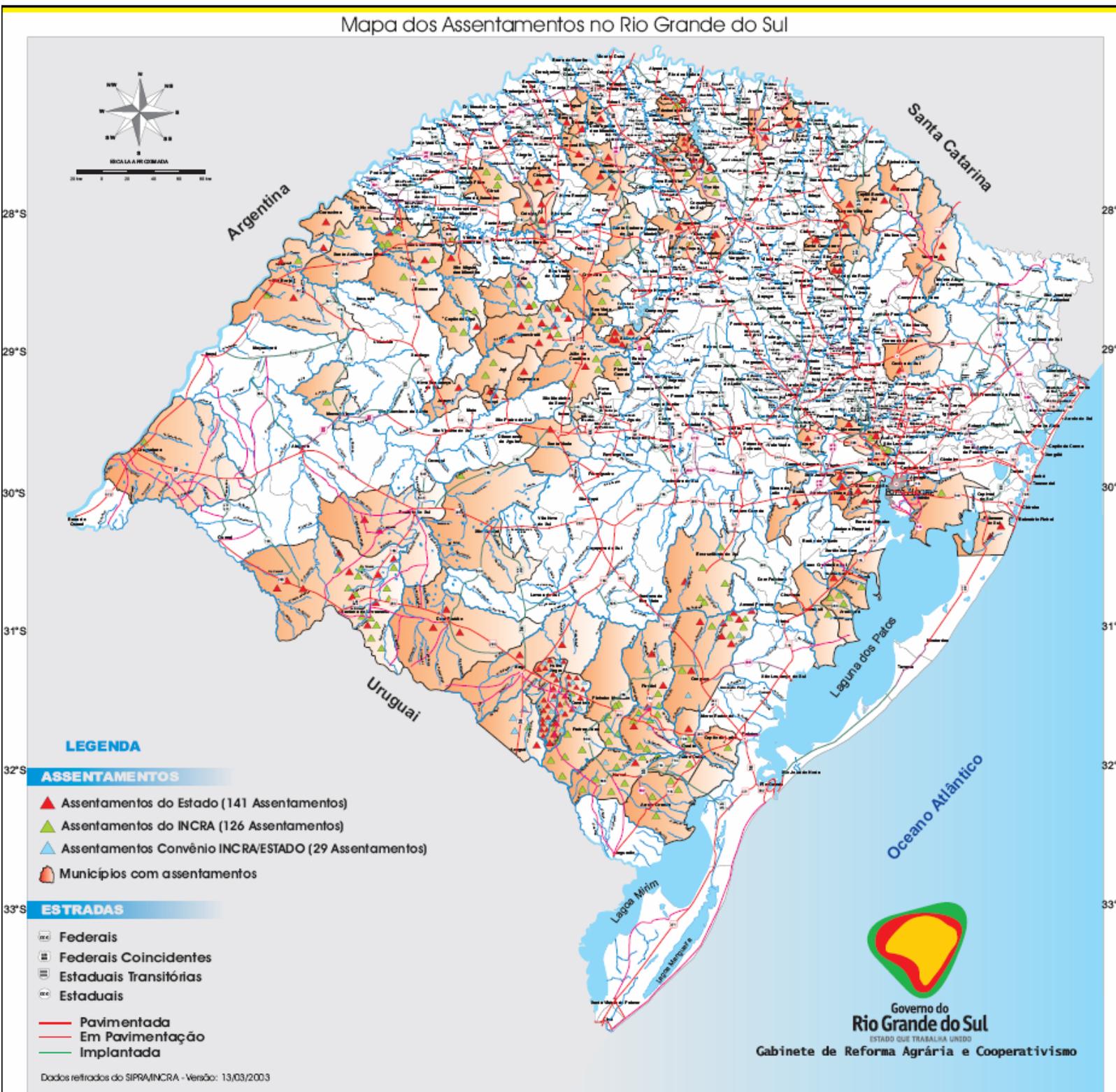
O deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, a partir de 1988 teve novo rumo, a Campanha Gaúcha, que se situa na Metade Sul do Estado (Mapa 8), ambiente histórico das grandes propriedades que tem sua economia dedicada à pecuária extensiva.

Segundo o estudo realizado por Navarro; (1999) sobre a instalação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, "... no período de 1992 a agosto de 1997, o total de 54 novos assentamentos formados, 40 são da região da Campanha Gaúcha... e de 1996 a 1997, nasceram 33 novos assentamentos e destes 31 são da região citada" (p.42-43).

A implantação de assentamentos rurais surge como uma nova estratégia para solucionar estes entraves socioeconômicos. A criação destes redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores e alterando o espaço.

Com a implantação de um assentamento rural não se conclui a reforma agrária, pois se deve dar as condições iniciais necessárias e suficientes para que se efetive a função social da terra. Segundo Ferreira (1994, p.43) "a noção de assentamento envolve a fixação do homem à terra, não pode se desvincular do provimento das condições para torná-la produtiva".

As condições de infra-estrutura nos assentamentos e seu reflexo sobre a população assentada e a produção realizada têm implicações diretas no que comumente é chamado de "sucesso/insucesso" dos programas de reforma agrária (LEITE, 1994, p.289).



Mapa 8 - Localização dos municípios com assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

4.3 - Espacialização dos Movimentos Sociais no Campo

Os movimentos sociais, ao construir a sua forma de organização, produzem o seu próprio espaço. Esse espaço social possui múltiplos significados que podem ser compreendidos por sua dimensionalidade. A respeito da produção desse espaço Fernandes argumenta que:

O espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura etc. (...) e se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, em que são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem nas ações reveladas pelas ocupações de terra. São essas ações que levam a conquista de frações do território (FERNANDES, 1999, p. 22-23).

O processo de espacialização da luta pela terra, ou seja, entendendo o espaço social como realidade produzida pelas relações sociais entre as classes e o lugar social, onde se desenvolvem as experiências que constroem o movimento em questão. Esse processo cria e recria a possibilidade da conquista de fração do território: a terra. A conquista de uma fração do território é um trunfo na luta. Ela viabiliza o processo de territorialização da própria luta (FERNANDES, 1999).

A luta pela reforma agrária não é apenas pela distribuição de terras, se busca a construção de novas formas de organização social que possibilitem a conquista da terra pelo trabalho, ou seja, a propriedade familiar. Esse processo é entendido por Fernandes (1999) como espacializar, que nada mais é que:

(...) registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É 'escrever' no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e reocupações de terras, etc. É na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (FERNANDES, 1999, p.136).

A espacialização da luta e do movimento é resultado de um projeto de mudança, para a conquista da condição de cidadãos. O espaço de luta e resistência é outra dimensão no processo interativo de construção do espaço de socialização política durante a formação do Movimento. Lembrando Lefévre, o espaço "não só representa o local onde ocorrem os eventos (a função de receptáculo), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (a função da ordem social)". (FERNANDES, 1999, p.238).

O MST espacializou-se em contrapartida à contínua concentração de terras, do aumento da violência no campo, da miséria dos trabalhadores rurais, a expulsão dos camponeses de suas terras, da perspectiva da não realização da reforma agrária pelos sucessivos governos e, por fim, espacializou como esperança de vida para uma parte significativa dos trabalhadores rurais em todo Brasil.

4.4 - O Conceito de Território e (Des)-(Re)-Territorialização

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o Movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

O assentamento como um território conquistado na luta constitui uma nova coletividade, marcada pela confluência de trajetórias individuais que, ao se manifestarem, denotam a diversidade de um público que, no momento da luta, *se via e era visto* unificado em torno da identidade de *sem-terra*. A conquista da terra inaugura um novo tempo, em que a condição de *assentado* traz à tona expectativas individuais no tocante a *viver e produzir* na terra (DA ROS, 2002).

Classificando e conceituando o território se observam que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área.

Segundo Raffestin (1993, p. 143) à medida em que o :

Espaço e território não são termos equivalentes (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço é sim um trunfo em si mesmo, ou seja, esta em si e para si, possui possibilidades infinitas, e constitui, principalmente, a condição da existência da matéria. Quando o espaço é dominado, pelo homem, o espaço torna-se território. Um elemento importante, que não se deve descuidar, na formação do território é a totalidade das relações realizadas.

Conforme Raffestin (1993):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Deste modo o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo flexível, dinâmico e contraditório, por isso dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território é a produção humana a partir do uso dos recursos que dão condições a nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

Nesse caso, Raffestin define o espaço e o território:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993,p.144).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as pequenas revoluções tomam uma materialidade mais concreta.

Desse modo o assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades.

No universo dos assentamentos se constroem novos atores políticos, novas forças produtivas de contestação da ordem vigente, um desenvolvimento de forças sociais e populares, ou seja, é um espaço marcado pela divergências das forças capitalistas existentes e as relações sociais.

Dessa forma, a luta pela terra não tem somente o sentido de conquista, mas uma luta por sobrevivência, para produzir e comercializar, para reivindicar direitos e políticas agrárias voltadas aos trabalhadores do campo. Essa luta começou a se concretizar com as ocupações e hoje com os assentamentos, em busca de uma sonhada reforma agrária.

Para Souza (2003, p.78) o território é fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ainda para esse autor o território existe e é construído e desconstruídos em diferentes escalas (tamanho) e tempo, podendo durar séculos, décadas, anos, meses ou dias e também ter um caráter permanente, cíclico ou periódico, além de que todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

Na Geografia Política, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como afirmou Souza (2003) a respeito desse assunto:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, “paisagem”). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

A respeito das relações culturais e políticas da sociedade Souza (2003, p.86) discute essa relação no território que “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é,

que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, 100-1).

Na obra de Souza (2003) fica claro que o território contém dois elementos chave: o primeiro é o espaço, a área onde o ator, o indivíduo a conquista e organiza suas transformações, e o segundo elemento é o poder, no qual através dessa capacidade de se apropriar se territorializa no espaço.

Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente o ator 'territorializa' o espaço, através do trabalho, assim conforme Raffestin (1993, p.144) "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder".

Para Raffestin (1993, p.143) o território é uma fração conquistada do espaço, desse modo para ele:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator 'territorializa' o espaço.

Este território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem um sentido histórico, temporal e de apropriação distinto. E nesse sentido Santos (2002) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Em relação à perspectiva do território Santos (1996) alerta que não seja feita uma análise em um processo de desterritorialização apenas pelo aspecto cultural e político, mas também de forma associada aos processos econômicos, principalmente a dinâmica capitalista do "meio técnico-científico informacional".

Moraes (2000, p.19) analisando a obra do geógrafo Friedrich Ratzel em relação ao tema território, afirma que "na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial".

A conceituação de território para Cox (2002, p.3) apud Haesbaert (2004, p.68) é definido como "espaços que as pessoas defendem pela exclusão de algumas

atividades e inclusão daquelas que realçam mais precisamente o que elas querem defender no território”.

Com relação à apropriação do território, Godelier (1984) define como uma a ”apropriação simbólica”, pois:

(...) o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a delas própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem (GODELIER, 1984, p. 114 apud HAESBAERT, 2004, p.69).

O território não pode ser percebido apenas como uma posse ou como entidade exterior à sociedade que o habita. É uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva ou mesmo amorosa ao espaço, o território é visto como um contrutor de identidade, talvez o mais eficaz de todos. (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996 apud HAESBAERT, 2004, p.72-3).

Haesbaert (2004, p.235) define o território ou os processos de territorialização sendo “fruto da interação entre relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”.

Nessa perspectiva a identidade territorial para Haesbaert (2004) deve ser analisada de forma integradora, ou seja, levando em consideração a dimensão simbólica, cultural, material, econômico, político, social e histórico. Conforme o mesmo autor (p.79) “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”.

Para Haesbaert (2004, p.339) “não há indivíduo ou grupo social sem território, quer dizer, sem relação de dominação e/ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico”.

Haesbaert (1997) discutindo a relação de apropriação e dominação do espaço afirma:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (...) e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (p.42).

A construção de um território provoca um arranjo por área, uma demarcação de fronteiras levando a um controle determinado aos que estão dentro e fora do território, sobre esse aspecto Haesbaert (2004,p.89) afirma:

(...) toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada como estratégia em momentos de conflito e/ou negociação.

Para Haesbaert (2004, p.96) “cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo”. Ainda o autor destaca que “enquanto alguns grupos se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriativo” (p.96).

Dessa forma, territorializar-se para Haesbaert (2004, p.97) significa:

Criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também como indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

A respeito sobre a apropriação do espaço Lefébvre (1986, p.192) afirma:

De um espaço natural modificado para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo, pode-se dizer que este grupo se apropria dele. A posse (propriedade) não foi senão uma condição e mais freqüentemente um desvio desta atividade “apropriativa” que alcança seu ápice na obra de arte.

Com relação à exclusão (ou inclusão precária) de indivíduos ou grupos na ordem socioeconômica capitalista, Haesbaert (2004, p.251) afirma que se deve utilizar “o qualificativo ‘desterritorializado’”. Isso por que o capitalismo globalizado aponta para uma exclusão de um número expressivo de pessoas que buscam alternativas de melhores condições de vida fora dos seus lugares de origem.

A definição e o processo de desterritorialização para Haesbaert (2004) não deve ser desvinculado do processo de (re) territorialização e deve ser aplicada:

A fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitando de construir

e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (p.312).

Para Fernandes (2005,p.473) a territorialização da luta pela terra é:

o processo de expansão e ou multiplicação das áreas conquistadas pelos trabalhadores rurais (...) os latifúndios são territórios que estão sob o controle de grandes proprietários ou empresas. Os assentamentos rurais são territórios das famílias assentadas. Com a desapropriação de fazendas para fins de reforma agrária e a implantação de assentamentos rurais ocorre a desterritorialização do latifúndio e a territorialização do assentamento.

Então, o território é uma reordenação do espaço, ocorrendo os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização das sociedades. O processo de desterritorialização ocorre conjuntamente com a reterritorialização, no qual esses dois procedimentos são partes do processo sucessivos de territorialização.

O MST através dos assentamentos se territorializou, ou seja, ocupou-se de uma fração do espaço transformado pelo trabalho, sendo uma produção humana, de lutas de classes.

5- OS IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CANDIOTAS: NOVOS AGENTES E NOVAS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS

Através da situação municipal de Candiota se fez uma análise de alguns itens que se consideram importantes para constatar os impactos dos assentamentos rurais. A idéia de alteração deve ser avaliada de forma sistêmica, na medida que ocorre uma mudança outras se dão de forma direta ou indiretamente.

Buscou-se compreender informações socioeconômicas, culturais e territoriais para mostrar a evolução dos impactos dos assentamentos rurais na estrutura municipal.

5.1 - Estrutura fundiária e a territorialização: processo histórico de ocupação

A situação do município de Candiota em relação à estrutura fundiária demonstra uma melhoria na distribuição das terras e no incremento no número de propriedades. De acordo com a afirmação do ENTREVISTADO 1:

Em relação ao meio rural, a partir de 1996, houve um aporte muito grande de pessoas, mudando a matriz produtiva, por que antes era uma região formada de fazendas e cada unidade de fazendas tinham de 2 a 4 empregados, alguns outros agregados com um rancho no fundo do campo, e só, era uma situação de paupa mesmo. E quase que de repente em questão de dois anos a maioria dessas fazendas, senão todas desse lado sul da BR 193 foram transformadas em assentamentos rurais em lotes de 20 a 24 ha, onde moram 4 ou 5 pessoas talvez.

Conforme a afirmação do ENTREVISTADO 1, em Candiota existia um grande vazio demográfico, no espaço não havia uma dinâmica social fortemente estabelecida, existia um território pecuarista de pouca atividade econômica e concentradora. De acordo com o Gráfico 5 e Tabela 6, pode ser observada essa mudança na estrutura fundiária de Candiota.

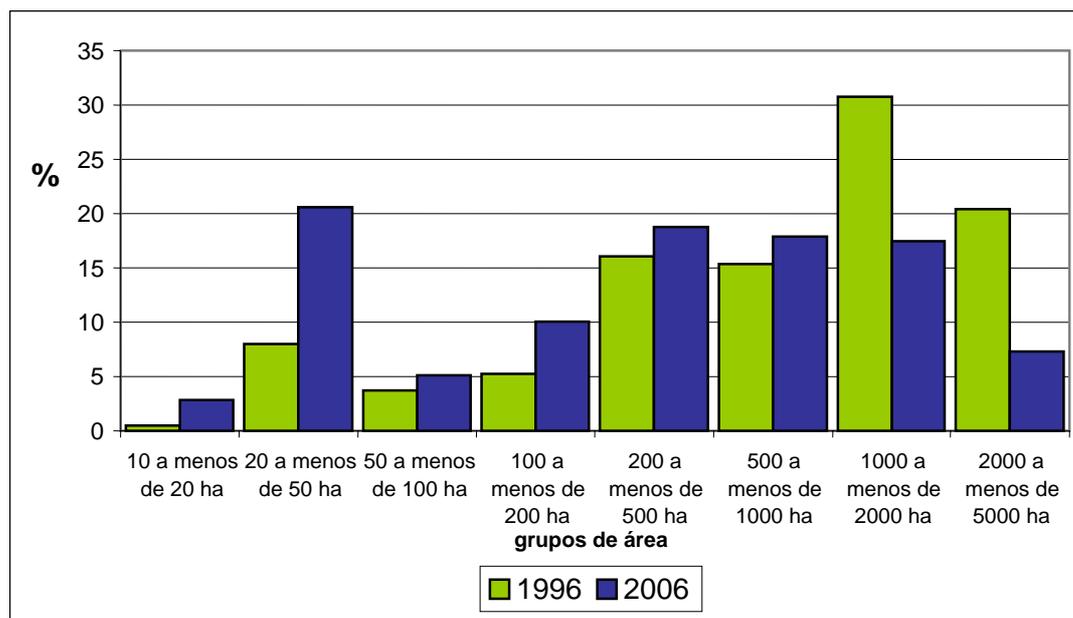


Gráfico 5- Porcentagem da área ocupada por estratos em Candiota 1996 -2006.

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006.

Em 1996, a área ocupada pelas propriedades com menos de 50 hectares correspondia a 8,5% da área municipal, e em 2006 após a implementação dos vinte e cinco assentamentos, a área ocupada pelas propriedades com menos de 50 hectares corresponde a 23,4 % da área total do município, passando de 5.465 hectares para 25.346 hectares.

Outro dado interessante é com relação à área ocupada pelas propriedades com mais de 1000 hectares, que de 1996 ocupava 51,2% da área total do município passou a ocupar em 2006, 24,75% da área total do município de Candiota.

Houve uma mudança nos tipos de estabelecimentos rurais que ocupam a área do município, a pequena propriedade está mais presente com a chegada dos assentamentos rurais alterando o cenário anterior, no qual a grande propriedade predominava.

Tabela 6 – Área das propriedades, em hectares, no município de Candiota-RS (1996-2006)

Grupos de área total	1996	%	2006	%
Menos de 1 ha	2	0,003	3	0,002
1 a menos de 2 ha	7	0,01	22	0,02
2 a menos de 5 ha	31	0,04	180	0,16
5 a menos de 10 ha	104	0,16	530	0,49
10 a menos de 20 ha	189	0,29	2.357	2,17
20 a menos de 50 ha	5.132	7,99	22.254	20,56
50 a menos de 100 ha	2.374	3,69	5.562	5,14
100 a menos de 200 ha	3.374	5,25	10.858	10,03
200 a menos de 500 ha	10.303	16,04	20.312	18,77
500 a menos de 1000 ha	9.869	15,36	19.387	17,91
1000 a menos de 2000 ha	19.732	30,76	18.880	17,45
2000 a menos de 5000 ha	13.100	20,40	7.848	7,30
TOTAL	64.217	100	108.193	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006.

O número de propriedades aumentou com a chegada dos assentamentos ao município de Candiota (Gráfico 6 e Tabela 7) confirmando assim uma melhoria na distribuição das terras, ou seja, mais famílias tem acesso a terra.

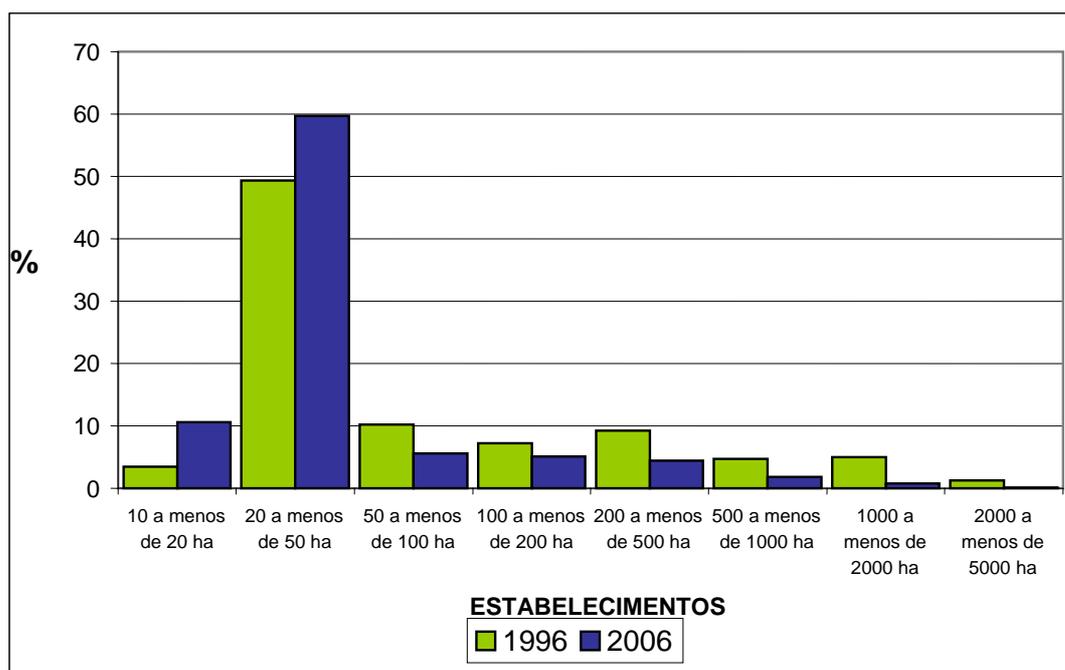


Gráfico 6- Porcentagem de estabelecimentos por estrato de área, Candiota 1996 -2006.
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento na Prefeitura de Candiota, 2006

Houve um aumento nas propriedades com menos de 100 hectares no período estudado, passando de 72% em 1996 para 88% do total, ou seja, eram 291 propriedades familiares em 1996 passou a ser de 1.336 propriedades provocando um acréscimo nos estabelecimentos de agricultura familiar no município.

Tabela 7 – Número de propriedades no município de Candiota-RS (1996-2006)

Grupos de área total	1996	%	2006	%
Menos de 1 ha	5	1,25	3	0,19
1 a menos de 2 ha	6	1,49	22	1,44
2 a menos de 5 ha	11	2,74	68	4,46
5 a menos de 10 ha	16	3,99	87	5,71
10 a menos de 20 ha	14	3,49	161	10,57
20 a menos de 50 ha	198	49,37	910	59,75
50 a menos de 100 ha	41	10,22	85	5,58
100 a menos de 200 ha	29	7,23	77	5,05
200 a menos de 500 ha	37	9,22	67	4,40
500 a menos de 1000 ha	19	4,74	28	1,84
1000 a menos de 2000 ha	20	4,98	13	0,85
2000 a menos de 5000 ha	5	1,28	2	0,16
TOTAL	401	100	1523	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995/96 e levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

As propriedades acima de 1000 hectares sofreram uma redução, onde correspondiam a 6,26% do total, ou 25 propriedades, em 2006, esse estrato de propriedades corresponde a 1% do total de propriedades, porém vale ressaltar que apenas esse 1% detém 24,75% da área total do município, são quinze propriedades pertencentes a grandes grupos de empresas que dominam 25% da área territorial de Candiota. Apesar de todo processo de reforma agrária no município de Candiota, a concentração fundiária ainda existe, mas não com a mesma intensidade que existia há alguns anos atrás.

Conforme a classificação do INCRA (anexo 1) em relação ao tamanho das propriedades rurais, estabelece que no município de Candiota, o módulo rural equivale a 28 hectares, ou seja, qualquer propriedade que tenha até 28 hectares é considerada como **minifúndio**, de 1 até 4 módulos corresponde a pequena

propriedade, assim de 28 a 111 hectares é pequena propriedade segundo o INCRA. De 4 até 16 módulos, ou seja, de 112 a 447 hectares se classifica como média propriedade, e acima desse valor de 16 módulos é considerada grande propriedade, no caso de Candiota correspondendo acima de 447 hectares (Tabela 8).

Tabela 8 - Estrutura fundiária em Candiota conforme a classificação do INCRA, 2006.

Classificação	Módulo Rural	nº de propriedades	%	área (ha)	%
Minifúndio	<28 ha	1.145	75,18	21.568	19,93
Pequena Propriedade	28 – 111 ha	207	13,60	10.974	10,15
Média Propriedade	112 – 447 ha	128	8,40	29.536	27,30
Grande Propriedade	> 448 ha	43	2,82	46.115	47,62
TOTAL		1.523	100	108.193	100

Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

De acordo com a classificação do INCRA mais de 75% das propriedades de Candiota são considerados minifúndios (Gráfico 7 e 8), a maioria provenientes dos assentamentos rurais e menos de 3% das propriedades são consideradas grandes.

Em 2006, 1.145 propriedades pertencem à classe minifúndio, correspondendo a 75,18% dos estabelecimentos rurais e ocupando 19,93% da área ocupada. Isso representa, praticamente, todos lotes dos assentamentos rurais, que ficam entre 20 a 28 hectares em média. Mesmo com esse reduzido espaço para poder produzir para subsistência e comercializar, os assentados conseguem com sua agricultura e pecuária familiar obter condições básicas para uma vida digna, segundo os entrevistados.

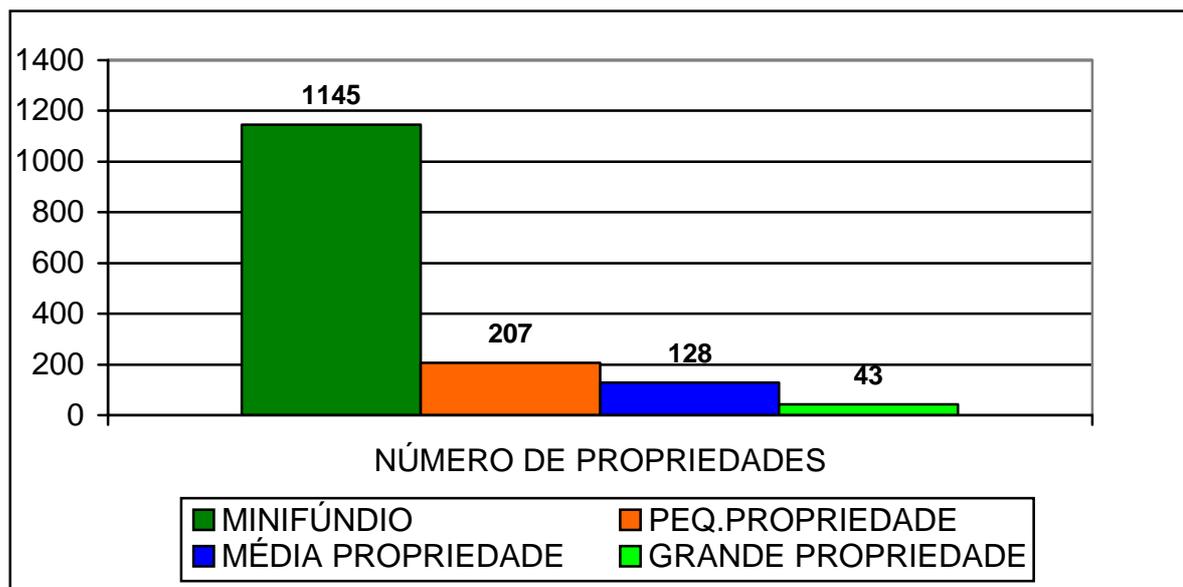


Gráfico 7- Número de propriedades conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS. Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

A área ocupada pelos 1145 minifúndios em Candiota representa 19,93% da área total do município, ainda assim, a concentração fundiária existe e somando a área das médias e grandes propriedades, se percebe que as 171 propriedades ocupam 74,92% da área total do município. Essa classificação do INCRA mostra a evidente concentração de terras no município de Candiota, mesmo após a implementação de 25 assentamentos rurais (Tabela 9) que ocupam 17.663 hectares, ou ainda, 16,3 % da área total do município.

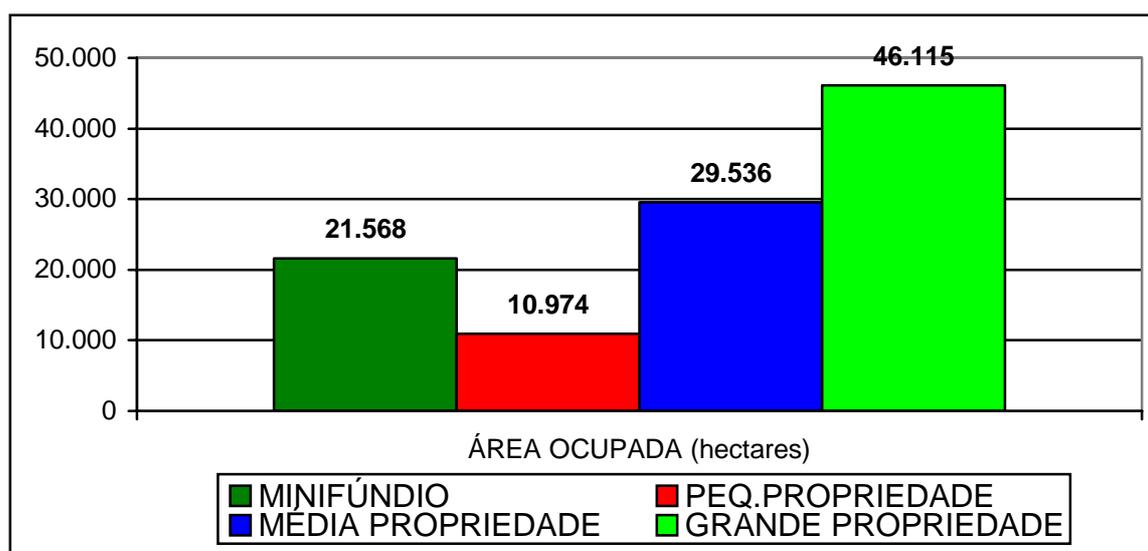


Gráfico 8- Área ocupada conforme a classificação do INCRA no município de Candiota-RS. Fonte: Levantamento de dados na Prefeitura de Candiota, 2006.

Tabela 9 - Número de assentamentos, área ocupada, famílias, origem e órgão de ATER em Candiota.

Nº	Assentamento	Área(Ha)	Famílias	Origem	ATER
1	Santa Lúcia	929	37	1989	COPTec ²⁶
2	Nossa Senhora Aparecida	566,2	22	1989	COPTec
3	São José	358,1	13	1989	COPTec
4	Nova Vitória	399,1	14	1989	COPTec
5	São Miguel	297,4	12	1992	COPTec
6	Fazenda São Francisco / 08 de Agosto	1180,1	49	1992	COPTec
7	Vitória São João (HN)	152	07	1995	COPTec
8	Santa Fé	755,8	30	1996	COPTec
9	São Pedro II	586,6	25	1997	COPTec
10	Estância dos Fundos	2135,9	81	1997	COPTec
11	Madrugada	1143	45	1997	COPTec
12	Vinte e Dois de Dezembro	964,82	37	2000	EMATER
13	Vitória 2000	235,72	09	2000	EMATER
14	Boa Vista Do Butiá	96,8	05	2000	EMATER
15	Os Pioneiros	458,26	22	2000	EMATER
16	São Sebastião do Marmeleiro	220,47	11	2000	EMATER
17	Seis Das Acácias	138,69	06	2000	EMATER
18	Santa Marta	177,73	07	2000	EMATER
19	Companheiro de João Antônio / Jaguarão	833,37	28	2001	EMATER
20	Conquista do Paraíso	1327,64	53	2001	EMATER
21	Conquista dos Cerros	1.845,39	72	2001	EMATER
22	Roça Nova	717,26	24	2001	EMATER
23	Santo Antônio II	1340,98	53	2001	EMATER
24	Pátria Livre / Estancinha	461,49	18	2002	EMATER
25	Pitangueiras II	313	13	2002	EMATER
TOTAL		17.633,8	693		

FONTE: EMATER e COOPTec.

²⁶ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos.

Onze assentamentos são atendidos pela COPTec, totalizando 335 famílias, esses assentamentos rurais são os mais antigos, no qual foram implementados pelo governo federal. Os outros catorze assentamentos são atendidos pela EMATER, correspondendo a 358 famílias, esses assentamentos são os mais recentes e foram implantados pelo governo estadual e estão sob a assistência técnica do estado.

Os assentamentos rurais em Candiota estão territorializados numa área de 17.633,8 hectares, correspondendo a 693 famílias integrantes ao MST. A conquista por essa terra começou na década de 1980, quando as primeiras famílias chegaram a Candiota em condições precárias, pois não havia uma infra-estrutura preparada para atender a demanda que chegava. Os primeiros se territorializaram na localidade do Jaguarão, que segundo o ENTREVISTADO 1 “era uma área inóspita, um deserto verde, fazendeiros que moravam ai, vendiam a troco de nada, quase de graça, eram terras devolutas”.

O problema da falta de recursos básicos no início da implementação dos assentamentos foi um fator limitante para as condições de sobrevivência, pois não houve um planejamento entre os diversos órgãos governamentais, MST e comunidade.

A evolução dos assentamentos rurais começou a partir de 1989 com a implantação de 4 assentamentos (Gráfico 9) e em seguida em 1992 com mais 2 assentamentos. O ano em que o MST se territorializou com mais força em Candiota foi em 2000 com o total de 7 assentamentos rurais e em 2001 com o total de 5 assentamentos rurais.

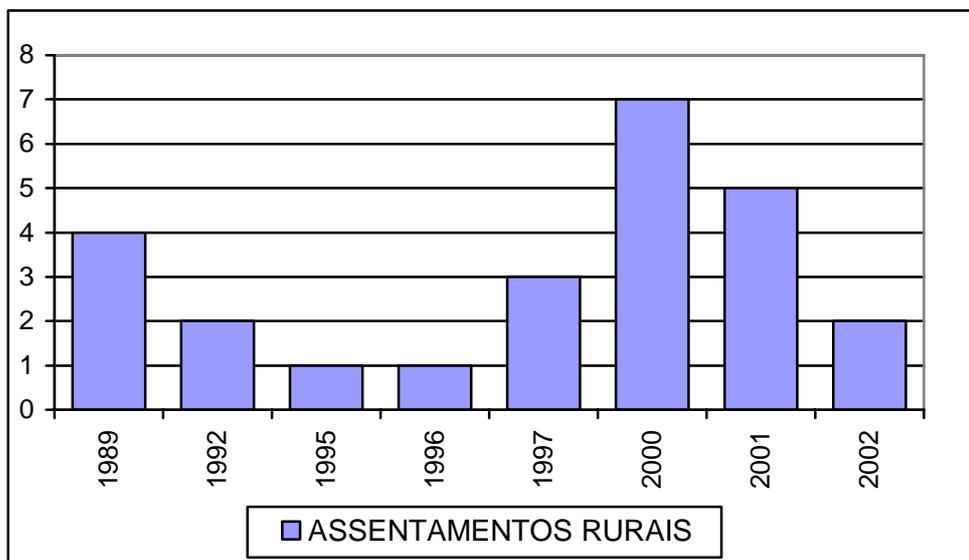


Gráfico 9 - Distribuição temporal dos assentamentos rurais em Candiota, 1989-2002.
Fonte: EMATER, COOPTec.

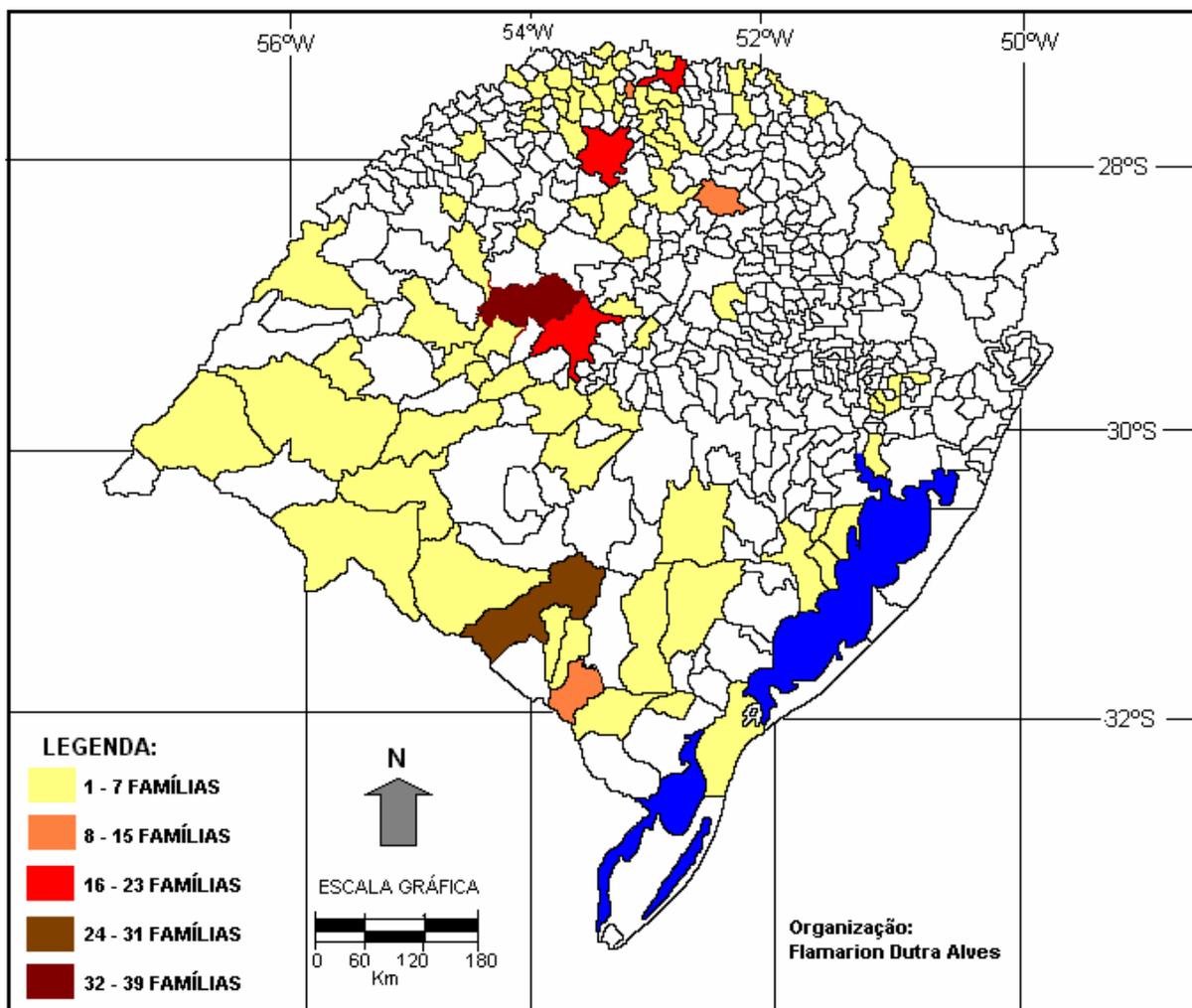
5.2 - Aspecto Cultural e Tecnológico

A procedência das famílias que se territorializaram em Candiota são de diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul (Mapa 9) e de outros estados da federação. Segundo a origem das famílias assentadas em Candiota o ENTREVISTADO 2 afirma que “o pessoal que veio ser assentado aqui foram os excluídos, os marginalizados da cultura da soja no norte do estado. Por que a terra foi super valorizada nessa região”. Aqui se identifica os excluídos do processo de modernização da agricultura que se deu no Planalto Gaúcho, no qual buscaram no MST a aspiração de voltar a ter uma terra para produzir, ou seja, a busca pela conquista de um território para poder voltar a ser agricultores familiares.

Porém, houve uma miscigenação de culturas e identidades na região da Campanha com a implementação dos assentamentos rurais que foi um obstáculo inicial em termos de culturas agrícolas. Conforme o ENTREVISTADO 3:

Esse pessoal veio pra uma região onde não se assemelhava com a sua região de origem, pois a cultura do local é diferente, a terra (solo) é diferente, culturas agrícolas diferentes... Esse pessoal teve tremenda dificuldade, somado a isso a precariedade de condições e recursos que eles tinham, chegaram aqui como se diz na gíria “com uma mão na frente outra atrás”. Isso na chegada.

Apesar da dificuldade encontrada pela ausência de infra-estrutura básica, as primeiras famílias conseguiram obter êxito com as conquistas adquiridas, no decorrer dos anos e mantêm um nível considerável de comercialização. A melhoria da infra-estrutura básica, eletrificação, água, estradas, crédito entre outros, foram fundamentais para obtenção dessas conquistas.



Mapa 9 - Origem das famílias assentadas em Candiota.

Nos catorze assentamentos rurais que são atendidos pela EMATER, 70,8 % das famílias são oriundas da região norte do Rio Grande do Sul, 14% são procedentes da Campanha, 8,3% são oriundos da Serra do Sudeste, 5% da região metropolitana de Porto Alegre, 1,3% são provenientes fora do estado e 0,6% são da região nordeste do Rio Grande do Sul.

A população assentada que vem da região norte do Rio Grande do Sul, onde a modernização da agricultura se espalhou e concentrou as propriedades e as rendas, com o binômio trigo-soja, ou seja, o processo de modernização agrícola com o trigo-soja se territorializou no norte do Estado, desterritorializando os agricultores familiares que ali viviam.

Dentro desse contexto cultural, houve uma dificuldade entre os assentados e os moradores de Candiota e da Campanha Gaúcha, por que:

A cultura é totalmente diferente, a comida, a língua, a roupa, a música, isso não se levou em conta, à maioria tem raízes indígenas, e a grande dificuldade foi que antes eles viviam na floresta e hoje no pampa. Aqui é bem mais seco que no norte do RS (ENTREVISTADO 3).

Essa falta de planejamento inicial teve que ser superada no decorrer dos anos, já que as famílias estavam assentadas, assim foram realizadas diversas melhorias na infra-estrutura, criação de programas de crédito, abertura de escolas, postos de saúde entre outras benfeitorias.

5.3 - Aspectos Socioeconômicos e Político

Visto que as dificuldades iniciais das famílias assentadas em Candiota em relação a uma infra-estrutura social básica eram precárias além da carência de recursos financeiros para atender essa população foram agravantes para que os assentamentos rurais pudessem, em um primeiro momento, produzir para comercialização e obtenção de renda.

Agregada a essa dificuldade inicial da infra-estrutura está a questão do solo, clima e vegetação com relação à atividade agrícola e a produção agropecuária. A procedência das famílias assentadas indicava um tipo de cultura agrícola praticada, no qual não se adapta a região da Campanha Gaúcha, em sua grande parte.

Uma alternativa agrícola para as condições climáticas da região é a produção de sementes de hortaliças, no qual várias empresas têm como fornecedores os agricultores familiares dos assentamentos. Através da organização de uma Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), criada em 1992, onde buscou atrair empresas de sementes de hortaliças e leguminosas (olerícolas) para dentro dos assentamentos na tentativa de geração de renda.

Cinco grandes empresas de sementes de renome nacional trabalham na região, inclusive uma tem uma unidade de produção em Candiota (anexo 2) no qual, boa parte dos agricultores que produzem para essas empresas é oriunda dos assentamentos rurais.

Segundo o ENTREVISTADO 4, com relação a parceria entre a cooperativa e as empresas de sementes:

A cooperativa se articulou com empresas de sementes para que os agricultores assentados produzissem para elas, desde que fosse uma atividade a mais na propriedade, e não uma monocultura ou um produtor especializado em sementes. No decorrer dos anos, houve uma seleção de

agricultores pelas empresas, onde os que melhor se desenvolveram prosseguiram com elas e os que não obtiveram sucesso foram sendo excluídos. A COOPERAL nesse processo faz um contrato com uma empresa, mas não é satisfatório, por alguns motivos: produção convencional com insumos químicos, pequena margem de lucro entre agricultores e cooperativa. Dessa forma, em 1996 surge uma proposta de trabalho diferenciado para que a produção fosse de forma agroecológica.

Em um encontro regional de assentados no final de 1996, discutiu-se uma alternativa para romper com a forma tradicional de produção das sementes, uma forma que não se utilize insumos químicos e que não torne o agricultor dependente de produtos químicos. Neste momento em torno de 35 produtores de Hulha Negra e Candiota trabalhavam dessa forma. No ano de 1997 surge a Bionatur sementes agroecológicas, começando um novo trabalho com 12 famílias de Hulha Negra e de Candiota, num primeiro momento a forma de produção foi de caráter experimental, onde não se teve uma questão de mercado bem constituída, porém, os resultados foram satisfatórios:

Porém no decorrer da primeira etapa, viu-se que deu certa a produção e na segunda etapa mais ainda e pensou-se em uma visão mercadológica, ou seja, a busca por mercados. Pois, no inicial não estava bem interligado essa proposta de produção e comercialização teve limitações, havia uma unidade beneficiamento precária, mas existia (ENTREVISTADO 4).

Hoje a demanda, a procura por produtor é muito maior do que a capacidade que a Bionatur tem de congregar, são mais de 120 produtores incorporados nos municípios de Candiota e Hulha Negra, que produzem mais de 50 variedades de sementes.

Segundo o ENTREVISTADO 4, a procura para a produção agroecológica se deve por:

- uma viabilidade econômica razoável, resultado satisfatório;
- Não utiliza produtos químicos, apenas biofertilizantes, não há risco de se contaminar;
- No início ele não tem, às vezes, um lucro considerável, porém não se corre o risco, pois, não polui seu lote, além do mercado estar em ascensão para os produtos agroecológicos.

Para a inserção nesse sistema agroecológico, os assentados devem construir um processo de transição entre o convencional e o agroecológico, o ENTREVISTADO 4 ressalta essa transição:

A agroecologia tem um limitante, pois não é tão simples produzir agroecológico, precisa-se construir um processo de transição, pois a maioria trabalha num processo convencional. Além de ter cursos de capacitação para a construção do conhecimento, a partir do entendimento das pessoas, a transição, às vezes, é demorada, para limpar o solo e ter um solo, um ambiente equilibrado, ou seja, tem que transformar toda propriedade em agroecológica e essas questões são limitantes para alguns produtores. Não se pode produzir numa mesma propriedade sementes agroecológicas e convencionais, pois se pode pensar em ter uma horta tradicional e outra orgânica numa propriedade, mas isso não é agroecológico, o agroecológico é o todo, ou seja, todo sistema produtivo, o sistema humano, todo ambiente, relações sociais.

Desse modo, existem em Candiota duas linhas de produção de sementes, os que optam pela forma tradicional, onde há mais empresas trabalhando nessa linha e os que optam pela forma agroecológica vinculada a cooperativa e dentro dos ideais do MST.

Outra atividade que predomina nos assentamentos é a pecuária leiteira, por melhor se adaptar a região da Campanha e também pela geração de renda constante, conforme Navarro (1999, p.24) “A produção de leite ao menos traz a vantagem de uma renda permanente, em contraposição à renda sazonal da produção agrícola”.

A produção de leite nos assentamentos rurais em Candiota é repassada para a COOPERAL, que é transportada para uma grande fábrica de laticínios da região sul do Estado.

Nesse sentido, as duas formas de renda mais significativas nos assentamentos em Candiota são as produções de sementes de hortaliças e leguminosas, no qual se dividem nas formas tradicionais e agroecológicas, e a outra geração de renda significativa é a pecuária leiteira, através da cooperativa dos assentados.

Com relação ao crédito e assistência técnica aos assentados a mudança é significativa, a criação de vários programas de crédito aumentam o capital que circula no município, de acordo com o ENTREVISTADO 5:

Aumentou o capital circulante no município, de 2000 a 2001 circulou em torno de 9 milhões de crédito, crédito para as famílias, fora para saúde, estrada. Candiota apesar de toda crise no estado e no país, apresenta uma situação de pujança (potência) a partir do advento dos assentamentos, melhoria e abertura de estradas, infra-estrutura, expansão da rede elétrica e outros serviços.

Esse acréscimo de serviços de infra-estrutura somado ao trabalho realizado pelos órgãos de assistência técnica da EMATER e da COOPTEC da um suporte

fundamental para a manutenção dos assentamentos rurais. O ENTREVISTADO 6 descreve a situação inicial da EMATER em Candiota: “Quando se emancipou tinha aproximadamente 100 famílias assentadas, existia uma equipe formada por um técnico veterinário, agrônomo e bem estar social. Uma equipe razoável, dentro dos padrões”.

Porém, com a chegada de mais assentados para Candiota necessitava-se de um aumento no número de profissionais para dar a assistência técnica básica, além no aumento de crédito para as famílias assentadas (anexo 3). O ENTREVISTADO 6 descreve esse momento:

Em 1997 venho mais 150 famílias, a EMATER não estava trabalhando em assentamentos no governo estadual de 1995-1998, quando foi criado o LUMIAR, no governo estadual seguinte (1999-2002), a EMATER voltou com os assentados. A principal mudança foi o incremento do crédito, a partir de 1998, era o PROCERA (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária), agora há o PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), RS RURAL outro programas (Viabilização Socioeconômica dos Assentamentos), de moradia, FUNTERRA (Fundo Estadual de Terras do Estado), surgiram a partir de 1999, além do PAC (Programa de Consolidação de Assentamentos) que vai ser investido R\$ 18 milhões na região.

Esse aumento de crédito e de programas que garantem uma estabilidade para os agricultores familiares faz com que todo o município ganhe com a consolidação dos assentamentos rurais. A ENTREVISTADA 7 mostra em sua fala a consolidação dos assentamentos rurais no município:

Foi impressionante ver aqueles campos antes vazios, imensos apenas com os gados e de repente aquelas casas no meio do campo. Os assentados tiveram dificuldades no início, o pessoal da cidade não aceitava ou via com receio para eles. Hoje não, os assentados estão presentes em todas as atividades na cidade, na igreja, mercado, lojas. Hoje o pessoal da cidade não tem mais aquele receio, não vêem problemas.

Esse aumento de pessoas no município gerou um aumento nas atividades comerciais e de prestação de serviços (Gráfico 10), gerando uma maior circulação de capital.

Para um assentado que reside desde 1989, ano do primeiro assentamento, foi difícil no início, pois:

Não tinha luz, a estrada era precária, no início não tinha assistência técnica, mas a partir de programas de crédito, melhoria na infra-estrutura como estradas, eletrificação, água, comercialização a realidade é bem diferente. A qualidade de vida hoje em relação ao início em 1989, de uma escala de 1 a 10, hoje tá 8 a 9, é outra coisa, as estradas estão boas tudo tá bom.

Apesar de todas as dificuldades iniciais encontradas para produção, condições básicas de saúde, educação, estradas e outros aspectos de ordem técnica e creditícia, os assentamentos rurais ampliam a produção e mantêm o homem no campo, além de diminuir a concentração fundiária.

Nos últimos assentamentos rurais implementados em Candiota, a situação já estava bem diferente existindo uma infra-estrutura boa, pois, desde a implementação do primeiro assentamento rural faz 23 anos. E o assentado do último diz que “os primeiros sofreram mais por que não tinham infra-estrutura. Hoje os últimos têm mais recursos, como estrada, luz, assistência técnica”. Com relação à produção ele diz que “a maioria dos assentados produz para subsistência, havendo uma evolução no lote em relação à produção quando não tem seca ou geada”.

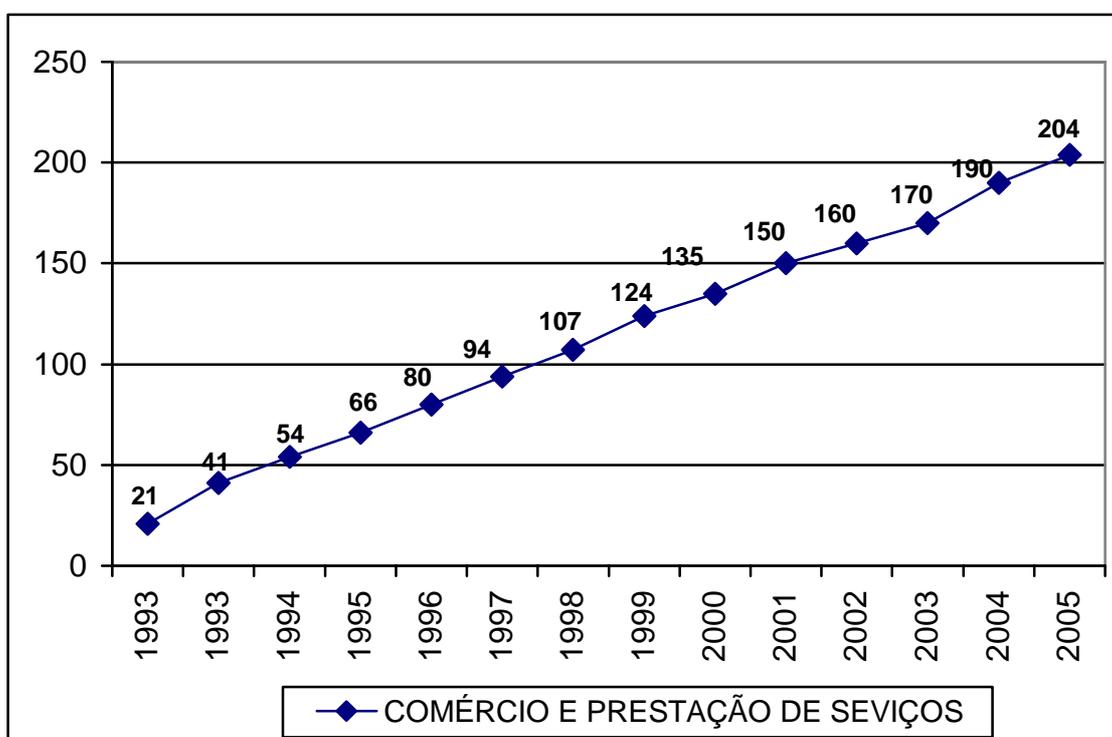


Gráfico 10 - Evolução dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços em Candiota, 1993-2005.

Fonte: Prefeitura Municipal de Candiota, Secretaria de Finanças.

Houve um crescimento considerável de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, desde a emancipação até 2005. Pode ser entendido esse crescimento pelo aumento natural da população, e pelo aumento de capital entre os assentados, além da geração de empregos pelas indústrias de mineração, que somado esses elementos desenha-se um fator favorável ao setor terciário.

5.3.1 - Educação e Saúde

O sistema educacional em Candiota não estava preparado para receber o contingente populacional que chegava com a implementação dos assentamentos rurais, a criação de escolas por parte do Estado e da Prefeitura foi fundamental para atender essas famílias (Tabela 10).

Tabela 10 - Escolas municipais e estaduais no município de Candiota.

ESCOLA	CRIAÇÃO	ALUNOS	NÍVEL	LOCALIDADE
E.E.E.F. Seival	1940	150	Fundamental Completo	Seival
E.E.E.F. Dario Lassance	1954	362	Fundamental Completo	Dario Lassance
E.E.E.M. Jerônimo Mércio da Silveira	1962	380	Médio Completo	Vila Residencial
E.M.E.F. Santa Izabel	1978	132	Fundamental Completo	Zona Rural
E.E.E.F. Santa Lúcia	1980	51	Até 5ª série	Zona Rural
E.E.E.F. Francisco Assis Rosa de Oliveira (FARO)	1986	285	Fundamental Completo + EJA	Vila Operária
E.M.E.F. Nely Betemps	1993	399	Fundamental Completo + EJA	João Emílio
E.M.E.I. Pingo de Gente	1993	25	Pré-escola	Dario Lassance
E.M.E.I. Gente Miúda	1993	39	Pré-escola	Dario Lassance
E.E.E.F.08 de Agosto	1996	280	Fundamental Completo	Zona Rural
E.E.E.F.20 de Agosto	1997	66	Fundamental Completo	Zona Rural
E.M.E.F. Santa Fé	1998	49	Até 4ª série	Zona Rural
TOTAL		2.218		

Fonte: Secretaria de Educação de Candiota, 2006.

Antes da vinda dos assentamentos rurais no município existiam duas escolas no espaço rural de Candiota, após essa chegada foram construídas outras três escolas onde aproximadamente 400 alunos freqüentam e praticamente todos são oriundos dos assentamentos rurais.

O município de Candiota apresenta cinco postos de saúde e um hospital, quatro desses postos situam-se nos núcleos urbanos e um no assentamento rural 08 de agosto. Porém, antes da emancipação a população de Candiota dependia do atendimento médico das empresas vinculadas a mineração.

Quando se emancipou toda referência era Bagé, havia 1 posto de saúde em Dario Lassance (sede), que atendia os funcionários da CRM e tinha um hospital, que hoje não é mais caracterizado como tal, mas na época era, que atendia os funcionários da CEEE (usina), mas a população também podia utilizar, mas não era um hospital público. Esses localizavam na sede do município, e não havia postos de saúde no meio rural. Candiota não tinha um atendimento de saúde necessário que vinha de Bagé, e por isso também se buscou a emancipação. Por que quem dava o atendimento era a empresa privada como a CRM (ENTREVISTADA 8).

Com a chegada das famílias precisou criar uma estrutura básica para atender essa população, a ENTREVISTADA 8 afirma que:

Houve uma demanda considerável na saúde, após a chegada dos assentamentos, o município tinha uma estrutura para atender seus moradores, só que com o processo dos assentamentos a administração da prefeitura não estava preparada para receber os assentados.

Esse posto de saúde foi criado no ano de 2001, para atender a demanda do meio rural, localizado no assentamento 08 de agosto, conta com um médico, um psicólogo, um odontólogo, um nutricionista, além da primeira equipe do Programa Saúde da Família (PSF) na zona rural no Rio Grande do Sul, tendo um médico e enfermeiro que vão até as famílias, no qual, esse serviço acabou desafogando os postos de saúde. O sistema de PSF foi implantado em 2005 e atende todo município, somado aos agentes de saúde que abrangem boa parte do meio rural de Candiota.

5.4 - Aspecto Ambiental

Na Campanha Gaúcha, um espaço com uma baixa atividade antrópica, uma baixa densidade demográfica mantém com pouca alteração o ecossistema natural. A presença humana em um espaço altera a paisagem transformando em um espaço

social, e os assentamentos rurais através das lavouras de subsistência e comerciais modificam o ecossistema, porém, não degradando o meio ambiente, conforme descreve a ENTREVISTADA 8:

Na visão ambiental sempre onde há o povoamento, um aglomerado de pessoas, há uma degradação do meio ambiente. Há problemas de queimadas, no verão, às vezes pela falta de consciência de pessoas. Problema com a fauna local, caça predatória intensificada, pássaros silvestres agravado pelas pessoas que vêm da cidade, aquelas que não têm vocação.

A agricultura familiar diversificada não agride o meio ambiente de uma forma com que os impactos sejam negativos para o sistema. Em Candiota como em muitos municípios da Campanha Gaúcha, está havendo um crescimento de área cultivada por eucaliptos, acácias e pinus por grandes empresas nacionais e multinacionais de celulose, que estão tornando os campos da Campanha em florestas, ou seja, uma monocultura, no qual gera pouca mão-de-obra, concentrando terras e alterando o ecossistema nativo, fauna e flora.

Desse modo, o ENTREVISTADO 9, expõe a importância do assentamento rural no aspecto ambiental “nesse aspecto, os assentamentos rurais não degradam o ambiente nessa proporção, pois não cultivam uma monocultura, não tem uma área significativa e a pecuária familiar mantêm o equilíbrio ambiental”.

A opção de uma agricultura e pecuária familiar, além da produção agroecológica vem diminuir os impactos da territorialização do espaço pelos assentamentos rurais no aspecto ambiental dos ecossistemas. A agropecuária familiar conserva melhor a situação original do ecossistema, em contrapartida a opção por uma monocultura de eucaliptos deixa o ecossistema numa situação particular alterando o campo nativo, sua fauna e flora, por uma floresta.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço rural de Candiota, antes da presença dos assentamentos rurais mantinha um estado de estagnação socioeconômica, com algumas dezenas de grandes propriedades concentrando as terras do município e mantendo uma estrutura fundiária secular de domínio e poder na região. Com a chegada dos assentamentos rurais altera-se esse padrão concentrador fundiário re-distribuindo para milhares de pessoas a terra movimentando a economia do município, inserindo novos atores no cenário social de Candiota.

Por Candiota estar situado em uma região tradicionalmente pecuarista, de baixa densidade demográfica e com grandes propriedades rurais, o município não tinha uma estrutura pronta para receber um contingente populacional tão elevado e também não estava habituada com a agricultura familiar e suas dinâmicas. Pois a idéia do estancieiro, o fazendeiro, está no imaginário das pessoas que moram nessa região, os trabalhadores dos estancieiros, peões, almejam um dia em ser o estancieiro, em ter sua grande propriedade com seu rebanho de gado, ao contrário do agricultor familiar.

A reforma agrária na região sul do Estado vem minimizar a desigualdade fundiária que surgiu nas sesmarias e doações a militares e pessoas com prestígio, no século XVIII, tentando assim, redistribuir a terra e dinamizar uma região estagnada pela falta de uma infra-estrutura básica ocasionada pelos vazios demográficos entre os municípios.

As pessoas que foram assentadas encontram dificuldade em produzir para comercialização por dois motivos: pelas condições de solo e clima, que limitam a produção e a diversidade das atividades agrícolas e pelo tamanho dos lotes, haja vista que o módulo rural em Candiota, segundo o INCRA equivale a 28 hectares, ou seja, para ser considerado pequena propriedade o lote deve ter no mínimo 29 hectares para poder tirar o melhor proveito da propriedade, tanto para subsistência como para comercialização, porém os lotes dos assentamentos estão entre 20 a 25 hectares na média.

Apesar dessa dificuldade no tamanho do lote das famílias assentadas, o processo de consolidação dos agricultores é lento, mas existe, verificando os primeiros assentamentos no município, se constatou a dificuldade inicial para

produção e comercialização, nos anos seguintes com o aumento nos programas de crédito e integração dos órgãos de assistências técnica, os agricultores familiares conseguem produzir para subsistência e ter um nível de comercialização.

Verificou-se que existem duas grandes matrizes econômicas agropecuárias no município, em relação aos assentamentos rurais: a primeira é produção das sementes de hortaliças e legumes, que conta com a participação de várias empresas junto aos assentamentos rurais. A segunda e, a mais importante, cultura agropecuária realizada em praticamente todos os assentamentos rurais é a produção de leite, que garante uma produção constante e uma renda fixa. Além de melhor se adequar com as condições físicas da região da Campanha.

Analisando o aspecto fundiário do município, a implementação dos assentamentos rurais gerou um maior dinamismo no espaço rural, a criação de vários minifúndios exigiu a construção de estradas que interligassem os assentamentos, o aumento na rede de energia elétrica, a necessidade de ter um transporte coletivo que ligasse o meio rural com a sede do município, a instalação de postos de saúde para a população rural, criação de escolas, ou seja, a construção de um espaço rural dinâmico.

Com as grandes propriedades que existiam no município de Candiota, o espaço rural era dominado pela monotonia dos campos, o latifúndio pastoril caracterizado pela carência demográfica e socioeconômica, que determinavam um espaço concentrador de renda e terra, não contribuindo para uma melhoria social, apenas agravando as desigualdades existentes no Rio Grande do Sul e no País.

É importante destacar que esta reforma agrária cumpriu sua função social, as famílias assentadas plantam para subsistência e têm uma ocupação, entretanto, o item econômico da reforma agrária não contempla todas as famílias assentadas, pelas dificuldades da região citadas anteriormente. Mas as famílias mais antigas conseguem produzir para subsistência e comercialização, enquanto que a maioria das famílias assentadas recentemente plantam apenas para subsistência.

Um questionamento a ser levantado é com relação à origem das famílias assentadas em Candiota. Primeiramente, se constata que o processo de modernização da agricultura realizado no centro-norte gaúcho no início da década de 1960 expandiu as lavouras de trigo e, principalmente, soja levando muitos agricultores a abandonarem o campo buscando uma vida melhor nos centros

urbanos. Posteriormente, viram no MST a possibilidade de retornar ao campo e conseguir uma vida melhor do que estavam levando na cidade.

Em segundo lugar, as famílias oriundas de centros urbanos e sem vocação para a agricultura são questionadas quando se indaga, o MST é dos trabalhadores rurais sem -terra ou de trabalhadores urbanos? A reforma agrária é para agricultores sem terra ou é um processo de aprendizagem de pessoas que não sabem plantar e viver no campo?

A idéia de ter pessoas no MST que não tiveram oportunidade nos centros urbanos, que vivem em favelas ou em condições precárias de vida e atendimento é válida, na medida em que pessoas que sempre viveram no meio rural vão morar nos centros urbanos, lugares que nunca tiveram contato antes e conseguem ter êxito nesse novo espaço. Nesse caso, é melhor uma família viver com as condições básicas sociais tendo onde tirar seu sustento, do que ter uma família situada na miséria total, sem emprego ou com sub-empregos, sem programas que o auxiliam no seu desenvolvimento pessoal e familiar.

Nesse conjunto de fatores, o MST consegue territorializar o movimento, através da criação dos assentamentos rurais e de marcar por meio das lutas e conquistas o espaço que a população deve ter, sem concentração de terras, sem domínio de uma maioria, ou seja, a distribuição da terra para a população, os agricultores familiares sendo os atores principais do processo agrário.

A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pela diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re) conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais.

Uma das alternativas para o desenvolvimento local seria uma maior integração entre os assentamentos rurais do município, uma troca de serviços e de matérias-primas entre os agricultores, para depender cada vez menos do capital externo, ou seja, não ficarem reféns das oscilações econômicas e dos preços do mercado.

Desse modo, os agricultores assentados devem se unir para fortalecer o dinamismo interno das atividades rurais no município e assim consolidar uma identidade regional entre os assentados.

Em Candiota, ainda há a presença de grandes propriedades confrontando o desenvolvimento econômico *versus* desenvolvimento social, a monocultura *versus*

policultura, patronal / empresarial *versus* familiar, essas dualidades existem devendo ser minimizadas promovendo uma maior equidade socioeconômica e fundiária.

Outro ponto relevante dos assentamentos rurais em Candiota é com relação à produção agroecológica, que diversifica a produção, favorece um número razoável de agricultores familiares, preserva o meio ambiente, gera renda entre os agricultores, fortalece a importância da reforma agrária e dos projetos de assentamento, além dos agricultores familiares depender cada vez menos do capital e das variações econômicas que geram incertezas.

O incentivo a essas atividades agroecológicas deve ser incrementada, pelas vantagens a médio e longo prazo, para os agricultores familiares que se inserem e também ao meio ambiente pelo menor impacto. Essa atividade está cada vez mais em expansão, pela preocupação do consumidor com o produto que está ingerindo e outro fator, se devem pela independência com relação aos insumos utilizados na produção agrícola convencional, a não utilização de pacotes químicos no processo produtivo.

O estudo realizado em Candiota (Figura 5) revelaram as alterações que os assentamentos rurais provocaram nos diversos segmentos do município. As dificuldades encontradas serviram como experiência para fortalecer o movimento e os assentados. Os êxitos das famílias assentadas servem de modelo para que a reforma agrária contemple outros espaços estagnados pelos grandes vazios demográficos, diminuindo as diferenças sociais, econômicas e fundiárias no Rio Grande do Sul e no Brasil.

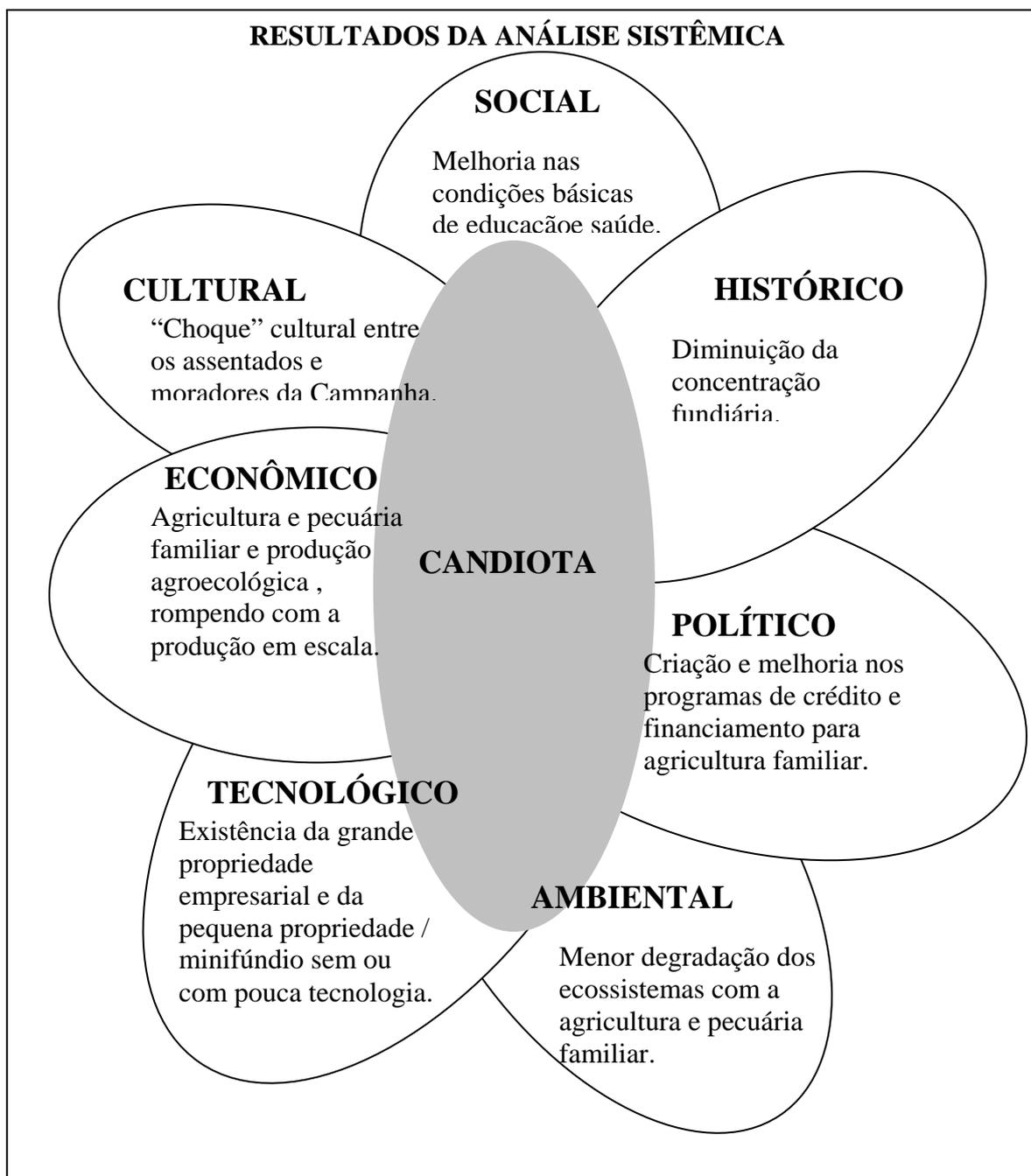


Figura 5 - Resultados da análise sistêmica.
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Portanto, um projeto de assentamento ideal, se busca ajustar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integrando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência. Criando assim condições para que o modelo agrícola possa ser modificado introduzindo uma maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural. Possibilitando segurança alimentar, mantendo o meio ambiente em equilíbrio, e também que o homem do campo tenha acesso a direitos fundamentais, para que se consiga obter um desenvolvimento sem desigualdades sociais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. *In*: ALMEIDA, P. F. C. de. **A Economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul** : Causas e Perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ALVES, F.D. **O Processo de Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul e as Perspectivas de Reconversão para a Metade Sul**. Monografia de Graduação. (Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Maria, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: Pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDREOLI, D. **As Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul**. Indicadores FEE v.17, n.2, Porto Alegre, 1989.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL -SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO DO RS. Disponível em: www.scp.rs.gov.br. Acesso em: 12/12/2005.

AZEVEDO, T. **Italianos e Gaúchos**: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/IEL-DAC/SEC, 1975.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F.

(Orgs.) **Regiões e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BATISTA, I. M. ; SILVEIRA, V. C. P. ; ALVES, F. D. As Desigualdades Econômicas Regionais e o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul. **XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Fortaleza, 2006.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo. *In*: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BERGAMASCO, S. ; PAMARD, C. B. ; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

BERTALANFFY, L. von. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *In*: **Actes de la recherche en sciences sociales**, volume 31, pp. 2-3. 1980.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).347p.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987.p.200.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CLAVAL, P. **A Nova Geografia**. Coimbra: Livraria Almedina, 1978.

COSTA, R. H. da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. 104p. (Documentada 25)

DA ROS, César Augusto. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. CPDA Ruralidades. n.4,out.2002. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo.** *Cad. Pesqui.*, mar. 2002, no.115, p.139-154.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Planejamento de reestruturação para a Metade Sul do Rio grande do Sul.** Porto Alegre: ENGEVIX, 1997.

FAO – INCRA. **Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico.** Brasília: PCT INCRA/FAO (UFT/BRA/051/BRA), 1997.

FERREIRA, B. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. p. 29-48. *In: MEDEIROS, L. S. et. al. Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar.* São Paulo: ED.UNESP, 1994.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e territorialização.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Territorialização da luta pela terra. p.473-473. *In: MOTTA, M. (Org.). Dicionário da terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul.** 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE-
Disponível em: <www.ibge.gov.br> . Acesso em 05/12/2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In: DACANAL, J. H. (org.). RS: imigração e colonização.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GRAZIANO NETO, F. **Qual Reforma Agrária?** Terra, Pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **A Modernização Dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. p.137-143. *In:* STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Tecnologia e Agricultura Familiar.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio:** geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE.** Porto Alegre, 2002.

JARDIM, M. de L. ; BARCELLOS, T. M. de. Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra regional através dos Conselhos Regionais de

Desenvolvimento (Coredes). **2º Encontro de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, 2004.

KAUTSKY, K. A Questão Agrária. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

KLIEMANN, L.H.S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documentada 21)

LEFÉBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Ed.62, 1976.

LEITE, S. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). p. 287-313. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

_____. Assentamento Rural. p.43-45. *In*: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, L. S. de & LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MIORIN, V. M. F. **Características da modernização da agricultura no centro-noroeste do Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1982.

MORAES, A. C. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORIN, E. **O Método: A natureza da natureza**. Lisboa: Europa-América.v.1., 1977.

MORO, S. M. D.; RÜCKERT, A. A. A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio rio-grandense. *In*: SILVA, A. M. R. da; TEDESCO, J. C. ; BITENCOURT, L. R. de; FIOREZE, Z. G.(Orgs.). **Estudos de geografia regional**. O urbano, o rural e o rurbarano na região de Passo Fundo. Passo Fundo, 2004, p. 26-68.

MÜLLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

NAVARRO, Z. et.al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. p.19-68. *In*: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. p.45-67. *In*: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

PEBAYLE, R. *Os difíceis encontros de duas sociedades rurais*. *In*: **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.20,n.18,p.3-22,1975.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História econômica do Brasil**. 31.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R., TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROMEIRO, A. R. Reforma agrária e distribuição de renda. p.105-136. In: STÉDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SEHN, P. S., ILHA, A. da S. Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. In: **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, n.12. p.101-118, nov.2000.

SOUZA, M. J. L.. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TEIXEIRA, P. C. **Tempo de dividir**. Disponível em: <<http://www.simpro-rs.org.br>>. Acesso em: 11/11/ 2005.

TEÓFILO, E. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília: Abaré, 2002.

TORRONTÉGUY, T. As origens da pobreza no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto / Instituto Estadual do Livro, 1994.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAMBERLAM, J. Reflexões sobre algumas estratégias para viabilização econômica dos assentamentos. p.271-287. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais**: uma visão interdisciplinar. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p. 205-224. *In*: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais**: uma visão interdisciplinar. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

ANEXO A
CLASSIFICAÇÃO DO INCRA SOBRE MÓDULO RURAL E MÓDULO
FISCAL

O que é Propriedade Familiar?

O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) , define como "Propriedade Familiar" o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantido-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros

O que é Módulo Rural?

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar, e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Definir o que seja Propriedade Familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural.

Qual é a aplicação do Módulo Rural?

O Módulo Rural , atualmente, é utilizado para:

definir os limites da dimensão dos imóveis rurais no caso de aquisição por pessoa física estrangeira, residente no País. Neste caso, utiliza-se como unidade de medida o módulo de exploração indefinida (Ver ZTM).

Cálculo do número de módulo do imóvel para efeito do enquadramento sindical.

Definir os beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de acordo com o inciso II, do parágrafo único do art. 1º, da Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998.

O que é Módulo Fiscal?

Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores:

tipo de exploração predominante no município;

renda obtida com a exploração predominante;

outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e

conceito de propriedade familiar.

Qual é a aplicação do Módulo Fiscal?

O Módulo Fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Pequena Propriedade - o imóvel rural de área compreendida entre 1(um) e 4(quatro) módulos fiscais;

Média Propriedade - o imóvel rural de área de área superior a 4 (quatro) e até 15(quinze) módulos fiscais.

Serve também de parâmetro para definir os beneficiários do PRONAF (pequenos agricultores de economia familiar, proprietários, meeiros, posseiros, parceiros ou arrendatários de até 4(quatro) módulos fiscais).

§ 3.º A fixação do Módulo Fiscal de cada município levará em conta, ainda, a existência de condições geográficas específicas que limitem o uso permanente e racional da terra, em regiões com:

- a) terras periodicamente alagáveis;
- b) fortes limitações físicas ambientais; e
- c) cobertura de vegetação natural de interesse para a preservação, conservação e proteção ambiental.

FONTE: www.incra.gov.br

ANEXO B
FOTOGRAFIAS DO MUNICÍPIO DE CANDIOTA



Fotografia 1 - Unidade de Produção de uma empresa de sementes em Candiota.



Fotografia 2 - Sede da Cooperativa dos Assentados em Candiota.



Fotografia 3 - Espaço rural modificado pelos assentamentos rurais em Candiota.



Fotografia 4 - Diversidade na produção agrícola em um lote de assentamento rural.



Fotografia 5 - Monocultura de eucalipto em uma grande propriedade de uma empresa de celulose.



Fotografia 6 - Produção de sementes dos assentados.

ANEXO C
PROGRAMAS DE CRÉDITO E FINANCIAMENTO

- O RS RURAL visa melhorar o gerenciamento e preservação dos recursos naturais, através uma estratégia integrada de adoção de práticas sustentáveis de uso da terra e conservação do solo e da água. O projeto também visa melhorar as condições de vida e renda das comunidades rurais pobres. Esse programa é fruto do Acordo de Empréstimo nº 4148-BR, firmado, em 11 de julho de 1997 até 30 de dezembro de 2005, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 100 milhões para o estado do Rio Grande do Sul. Fonte: www.estado.rs.gov.br

- O PROAGRO foi criado pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, e serve como um instrumento de política agrícola instituído para que o produtor rural tenha garantido um valor complementar para pagamento do seu custeio agrícola, em casos de ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações. Além disso, o programa garante a indenização de recursos próprios utilizados pelo produtor em custeio rural, quando ocorrer perdas por essas razões.

O PROAGRO é custeado por recursos provenientes de um prêmio pago em cada contrato de custeio assinado pelos produtores rurais, por outros recursos especiais alocados ao programa e pelas receitas obtidas com a aplicação desses recursos. www.agricultura.gov.br

- O programa FUNTERRA objetiva proporcionar o acesso a terra como forma de melhorar a qualidade de vida do homem do campo, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável e contribuindo para um melhor reordenamento da estrutura fundiária do Estado.

- O PROCERA foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. A partir de 1996, esse programa foi incorporado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

- O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.

Os beneficiários do PRONAF são os produtores rurais que se enquadram nos quatro grupos existentes, são eles:

O Grupo "A" é formado por agricultores familiares:

a) assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA);

b) amparados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

O Grupo "B" é formado por agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

f) obtenham renda bruta anual familiar até R\$ 1.500,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

O Grupo "C" é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

f) obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 1.500,00 e até R\$ 10.000,00 , excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;

g) sejam egressos do Grupo "A" ou do Procera e detenham renda dentro dos limites estabelecidos para este Grupo.

O Grupo "D" é formado por agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

b) residam na propriedade ou em local próximo;

c) não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento;

e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até 2 empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

f) obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$ 10.000,00 e até R\$ 30.000,00 excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais;

O Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária (PAC) é fruto de um acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). O PAC busca consolidar e desenvolver os assentamentos para que sejam independentes e integrados ao segmento da agricultura familiar.

O programa acelera o processo de emancipação dos projetos de reforma agrária através da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCA's), que proporcionam investimentos em infra-estrutura sócio-econômica, assessoria técnica e treinamento, promovendo a sustentabilidade econômica, social e ambiental, bem como sua estabilidade social e a conquista da cidadania. Com isso, o Incra espera criar um modelo de consolidação dos assentamentos descentralizado, ágil, organizado e eficiente, devidamente testado e aprovado.

Através do programa, desenvolvido via convênios estabelecidos entre o Incra, prefeituras e associações de agricultores assentados, estão sendo atendidas cerca de 12 mil famílias de 75 Projetos de Assentamentos distribuídos em sete Estados: Maranhão; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul; Rio Grande do Norte; Minas Gerais; Paraná; e Rio Grande do Sul.

Fonte: www.bcb.gov.br